UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

2º período letivo de 2026

Disciplina:
HZ949 B - Estudos Legislativos II

Ementa:
Essa matéria pretende oferecer um panorama sobre a área de Estudos Legislativos, dando ênfase para trabalhos que procuram conectar arena legislativa e arena eleitoral e tiveram grande impacto no campo no debate internacional e nacional sobre estudos legislativos. Serão abordados 4 grandes temas, a saber: os modelos de ação parlamentar, teorias distributivistas, informacional e partidária; o papel da centralização institucional no comportamento dos legisladores (segredo eficiente); a controvérsia sobre o papel dos partidos políticos na condução dos trabalhos legislativos; e a formação de coalizões.

Programa:

Objetivos

A disciplina examina a formação e o desenvolvimento dos estudos sobre as relações entre Executivo e Legislativo no Brasil, com ênfase no debate sobre o presidencialismo de coalizão. Parte das interpretações sobre o sistema político brasileiro e o desenho institucional anterior e posterior à Constituição de 1988 para acompanhar a constituição e as transformações dessa agenda de pesquisa. Discute a formação e o funcionamento das coalizões governamentais, a organização do processo decisório no Congresso Nacional, os mecanismos de coordenação entre Executivo e Legislativo e o papel dos partidos políticos. Ao final, aborda mudanças institucionais e transformações recentes no funcionamento do presidencialismo brasileiro, discutindo seus efeitos sobre a relação entre os Poderes e sobre os padrões de governabilidade.

Cronograma

20/08 - Apresentação do programa e atividades introdutórias

Apresentação da disciplina, do programa e das formas de avaliação. Atividades introdutórias sobre sistema eleitoral, formação de maiorias e processo legislativo, a partir da dinâmica “Um presidente, vários partidos” e do jogo Passa-Lei.

Questão orientadora: Ganhar a Presidência significa controlar o sistema político?

Módulo I — Formação e crise do sistema político brasileiro

27/08 - Aula 1: A construção do sistema partidário de 1945

Leitura obrigatória: SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). Cap. V - “Do Estado Novo ao regime de 1946”, p. 105-138.

Indicação de leitura: as páginas indicadas são essenciais; recomenda-se, idealmente, a leitura integral do capítulo.

Questão de fundo: Como se cria um sistema partidário democrático em 1945 depois de quinze anos de centralização estatal e oito anos de ditadura sem partidos?

03/09 - Aula 2: Crise, polarização e paralisia decisória

Leitura obrigatória: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Sessenta e quatro: anatomia da crise. Cap. 2 - "Do pluralismo moderado ao polarizado: a dinâmica da competição política", p. 46-63; Cap. 3 - "O Parlamento brasileiro e a crise de 1964: a tendência à paralisia", p. 64-91.

Indicação de leitura: as páginas indicadas são essenciais; recomenda-se, idealmente, a leitura integral dos capítulos.

Leitura complementar: Cap. 5 - "Coalizões parlamentares durante o governo Goulart: a desagregação do sistema partidário", p. 124-163.

Questão de fundo: Como a polarização política e a dinâmica do sistema partidário contribuíram para a paralisia decisória que antecedeu 1964?

10/09 - Aula 3: Havia uma crise do sistema partidário?

Leitura obrigatória: SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). Cap. I - "O problema e sua história", p. 27-42; Cap. VI - "O mecanismo em marcha", p. 139-168.

Indicação de leitura: as páginas indicadas são essenciais; recomenda-se, idealmente, a leitura integral dos capítulos.

Questão de fundo: O declínio dos partidos tradicionais, a dispersão eleitoral e o crescimento das alianças constituem evidências suficientes de crise e desagregação do sistema partidário brasileiro?

Atividade: resenha orientada pela questão de fundo.

17/09 - Aula 4: Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro

Leitura obrigatória: ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

Questão de fundo: Como construir governos estáveis e capazes de decidir em uma democracia presidencialista na qual nenhum partido consegue, sozinho, controlar a maioria parlamentar?

Módulo II — Organização e funcionamento do Legislativo

24/09 - Aula 5: Do conflito à cooperação: coalizões governamentais

Leitura obrigatória: FREITAS, Andréa. O presidencialismo da coalizão. Cap. 1 - "Do conflito à cooperação", p. 22-45. Seções 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.6.

Leitura complementar: Seção 1.5 - "Partidos políticos do ponto de vista empírico".

Questão de fundo: Se a separação de Poderes cria incentivos ao conflito, como partidos e coalizões tornam possível a cooperação entre Executivo e Legislativo?

Atividade: resenha orientada pela questão de fundo.

01/10 - Sem aula

Não contabilizada como atividade da disciplina.

08/10 - Atividade acadêmica vinculada à ANPOCS

Atividade vinculada à programação da ANPOCS, contabilizada como carga horária da disciplina.

15/10 - Aula 6: Partidos políticos, disciplina, sucesso e dominância do Executivo

Leituras obrigatórias: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. "Os partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-94", p. 73-76 e 81-93; "Poder de agenda, disciplina e apoio partidário na Câmara dos Deputados", p. 101-107 e 117-124.

Questão de fundo: Se os partidos conseguem coordenar seus parlamentares, como isso ajuda a explicar o sucesso e a dominância do Executivo na produção legislativa?

Leituras em contraponto - disciplina partidária:

• AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Cap. 7 - "A disciplina partidária na Câmara dos Deputados". Contraponto: questiona quanto da unidade observada nas votações pode ser atribuída ao poder das lideranças partidárias.

• PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Contraponto: explica a convivência entre incentivos eleitorais individualistas e coordenação partidária no Legislativo.

• MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Disciplina partidária: o caso da Constituinte. Contraponto: apresenta evidências de disciplina partidária em outro contexto institucional.

Leituras em contraponto - sucesso e dominância:

• PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. Contraponto: chama atenção para dificuldades e custos de coordenação que não são captados apenas pelas taxas de sucesso legislativo.

• AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. Contraponto: desloca a atenção para o conteúdo da produção legislativa dos parlamentares.

• PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. Contraponto: enfatiza recursos distributivos e orçamentários como mecanismo de obtenção de apoio legislativo.

22/10 - Aula 7: Bases institucionais do presidencialismo de coalizão

Leitura obrigatória: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. “Bases institucionais do presidencialismo de coalizão”, p. 19-40.

Leitura complementar: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. “Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional”, p. 41-72.

Questão de fundo: Como explicar simultaneamente a disciplina partidária, o sucesso do Executivo e a organização partidária do apoio ao governo?

Atividade: resenha orientada pela questão de fundo.

Leituras em contraponto:

• RAILE, Eric D.; PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy J. The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime. Contraponto: enfatiza bens de coalizão e recursos distributivos como instrumentos presidenciais para construir e manter apoio legislativo.

• BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves; JUCÁ, Ivan Chaves. A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. Contraponto: desenvolve empiricamente a lógica da “caixa de ferramentas”, examinando ministérios, posições políticas e execução de emendas.

• BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. Contraponto: trata a coordenação governamental como um problema de gerenciamento e de custos da coalizão.

29/10 - Aula 8: Comissões I - informação e o papel do relator

Leitura obrigatória: SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados, p. 693-710 e 725-728.

Leitura complementar: SANTOS; ALMEIDA, p. 711-724. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FREITAS, Andréa; MEDEIROS, Danilo. Estudos legislativos em perspectiva comparada, especialmente p. 247-249, sobre os modelos distributivo, informacional e partidário; idealmente, o capítulo completo.

Questão de fundo: Se o relator não pode impor sua preferência à maioria da comissão, por que a relatoria é tão importante no processo legislativo?

Leitura em contraponto: PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. Contraponto: enfatiza os limites impostos às comissões pela centralização do processo decisório e pelas prerrogativas do Executivo.

05/11 - Aula 9: Comissões II - estrutura e especialização

Leitura obrigatória: VASQUEZ, Vitor Lacerda. Comissões: o poder do Legislativo. Cap. 1, p. 25-55.

Questão de fundo: Se as comissões brasileiras são frequentemente descritas como fracas, que características de sua organização permitem que promovam especialização e sejam relevantes no processo legislativo?

Atividade: resenha orientada pela questão de fundo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

2º período letivo de 2026

Módulo III — Coalizões em funcionamento

12/11 - Aula 10: Coalizões na prática - partidos, maioria e produção legislativa

Leitura obrigatória: FREITAS, Andréa. O presidencialismo da coalizão. Cap. 4 - "Presidente, coalizão e maioria", p. 84-109.

Questão de fundo: A agenda aprovada pelo Legislativo pode ser entendida como agenda do presidente ou é resultado da atuação dos partidos que compõem a coalizão?

Leitura em contraponto: SILVA, Rafael Silveira e; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Ainda vale a pena legislar: a atuação dos agenda holders no Congresso brasileiro. Contraponto: desloca o foco dos partidos e da coalizão para parlamentares individuais que assumem protagonismo na construção de determinadas agendas.

19/11 - Aula 11: Coalizões por dentro - quem governa no Executivo?

Leitura obrigatória: BATISTA, Mariana. O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010).

Leitura complementar: BATISTA, Mariana. O poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão.

Questão de fundo: Entregar um ministério a um partido significa entregar a ele o controle sobre as políticas daquela área?

Atividade: resenha orientada pela questão de fundo.

Leitura em contraponto: INÁCIO, Magna; REZENDE, Daniela. Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas. Contraponto: mostra que o monitoramento entre os parceiros da coalizão também ocorre por meio do Legislativo e das comissões.

Módulo IV — Transformações recentes do presidencialismo brasileiro

26/11 - Aula 12: Mudança e resiliência institucional no sistema político brasileiro

Leitura obrigatória: COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos; ABRUCIO, Fernando Luiz. Transformação e resiliência institucional na democracia brasileira (2012-2025): Polity, Politics e Policy em interação.

Leitura complementar: FREITAS, Andréa; SILVA, Glauco Peres da. Das manifestações de 2013 à eleição de 2018 no Brasil: buscando uma abordagem institucional.

Para saber mais sobre a crise e o impeachment: LIMONGI, Fernando. Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato.

Questão de fundo: Como as mudanças institucionais recentes alteraram os mecanismos que organizavam o funcionamento do presidencialismo de coalizão?

03/12 - Prova presencial final

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

2º período letivo de 2026

Bibliografia:

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.

BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves; JUCÁ, Ivan Chaves. A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 25, p. 47-86, 2018.

BATISTA, Mariana. O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). Opinião Pública, Campinas, v. 19, n. 2, p. 449-473, 2013.

BATISTA, Mariana. O poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 127-155, 2016.

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, 2017.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos; ABRUCIO, Fernando Luiz. Transformação e resiliência institucional na democracia brasileira (2012-2025): Polity, Politics e Policy em interação. Revista de Sociologia e Política, v. 33, e010, 2025.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FREITAS, Andréa; MEDEIROS, Danilo. Estudos legislativos em perspectiva comparada. In: PERISSINOTTO, Renato; BOTELHO, João Carlos Amoroso; BOLOGNESI, Bruno; BATISTA, Mariana; SANTOS, Manoel Leonardo (org.). Política comparada: teoria e método. Rio de Janeiro: ABCP/EdUERJ, 2022. Cap. 9, p. 245-282.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FREITAS, Andréa. O presidencialismo da coalizão. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

FREITAS, Andréa; SILVA, Glauco Peres da. Das manifestações de 2013 à eleição de 2018 no Brasil: buscando uma abordagem institucional. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 137-155, 2019.

INÁCIO, Magna; REZENDE, Daniela. Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas. Opinião Pública, Campinas, v. 21, n. 2, p. 296-335, 2015.

LIMONGI, Fernando. Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Disciplina partidária: o caso da Constituinte. Lua Nova, São Paulo, n. 44, p. 107-136, 1998.

PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 521-557, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

2º período letivo de 2026

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 45-67, 2000.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.

RAILE, Eric D.; PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy J. The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime. Political Research Quarterly, v. 64, n. 2, p. 323-334, 2011.

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 693-735, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Sessenta e quatro: anatomia da crise. Brasília, DF: Senado Federal, 2025.

SILVA, Rafael Silveira e; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Ainda vale a pena legislar: a atuação dos agenda holders no Congresso brasileiro. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 19-50, 2013.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

VASQUEZ, Vitor Lacerda. Comissões: o poder do Legislativo. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

Observações:

Avaliação

A avaliação será composta por cinco resenhas e por uma prova presencial final.

As resenhas, em conjunto, valerão 10 pontos. Cada resenha será orientada por uma pergunta específica relacionada às leituras da disciplina e deverá ter, no máximo, **640 palavras**, ser redigida em Times New Roman ou Arial, tamanho 12, com parágrafos justificados e espaçamento 1,5.

A prova presencial final será realizada em 3 de dezembro, valerá 10 pontos e terá peso 2.

Nota final = [nota das resenhas + (2 × nota da prova)] / 3

Organização das leituras

As leituras obrigatórias constituem a carga de leitura prevista para cada aula.

As leituras complementares destinam-se ao aprofundamento dos temas discutidos.

As Leituras em contraponto são opcionais e ilustrativas. Apresentam interpretações alternativas, mecanismos concorrentes ou deslocamentos de foco em relação à leitura principal. Cabe aos estudantes decidir quais dessas leituras desejam realizar; elas não integram a carga obrigatória de leitura.

Nos textos de Maria do Carmo Campello de Souza e Wanderley Guilherme dos Santos, as páginas indicadas devem ser consideradas essenciais, embora se recomende, sempre que possível, a leitura integral dos capítulos.